

Evasão na educação de jovens e adultos (EJA): causas e consequências

Escape in youth and adult education (EJA): causes and consequences

Charles Maciel Lopes

Universidad De La Integración De Las Américas

Escuela De Postgrado

Maestría En Ciências Da Educação

Minuta descriptiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação
Curso de mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Dr^a. Catarina Costa Fernandes

DOI: 10.47573/aya.5379.2.77.20

RESUMO

Este estudo trata da temática da Educação de Jovens e Adultos, particularmente naquilo que implica pensar as causas do abandono da escola por seus sujeitos. Nesse sentido, toma como ponto de partida para suas análises a causa da evasão. O objetivo foi conhecer quais os fatores internos e externos que colaboram para a evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Uma modalidade educacional que tem apresentado altos índices de evasão. Diante dessa realidade, a presente investigação foi realizada com base numa abordagem quantiquantitativa de pesquisa, com uso da metodologia de estudo de caso. Para a coleta dos dados, o questionário foi utilizado como instrumento de pesquisa para os alunos, e uma entrevista com o Gestor da unidade escolar pública. O questionário foi composto por questões estruturadas, de múltipla escolha. Os resultados indicam que parte dos estudantes que evadem são por motivos de ordem econômica, familiares e pessoais.

Palavras-chave: evasão. educação de jovens e adultos (EJA). consequências.

ABSTRACT

This study deals with the theme of Youth and Adult Education, particularly in what implies thinking about the causes of school dropout by its subjects. In this sense, it takes as a starting point for its analysis the cause of dropout. The objective was to know which internal and external factors contribute to dropout in Youth and Adult Education (EJA). An educational modality that has shown high dropout rates. Given this reality, the present investigation was carried out based on a quantitative-qualitative research approach, using the case study methodology. For data collection, the questionnaire was used as a research instrument for the students, and an interview with the Manager of the public school unit. The questionnaire consisted of structured, multiple-choice questions. The results indicate that part of the students who drop out are for economic, family and personal reasons.

Keywords: evasion. youth and adult education (EJA). consequences.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto da pesquisa de Mestrado desenvolvida na linha das ciências da educação com ênfase na evasão escolar nas turmas da modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Estudos sobre evasão e persistência escolar têm se concentrado em encontrar os principais motivos pelos quais os alunos não concluem seus estudos. Presume-se que haja uma insatisfação com o curso, pois quando se começa o ano letivo geralmente se tem uma sala completa e em meados do curso vão evadindo gradativamente.

Entre os fatores desta variável estão: a) instalações inadequadas. Alunos, que trabalham e ainda tem que estudar no período noturno; b) desempenho do professor com metodologias que precisam serem inovadas; c) dificuldade no aprendizado; d) pobreza e situação econômica desfavorável.

Desta forma, subentende que se torna um desafio para a escola atender as especificidades desses jovens e adultos trabalhadores, possibilitando a permanência nos estudos por meio efetivo de projetos de combate à evasão escolar, cumprindo um papel fundamental no resgate da garantia dos direitos desses alunos.

Sendo assim, torna-se pertinente levantar a questões norteadora: **Pergunta Central:** Qual a realidade vivenciada pelos alunos que frequentam a educação de jovens e adultos em uma escola pública no município de Carauari/ AM? **Objetivo geral:** Conhecer quais os fatores internos e externos que colaboram para a evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola estadual no município de Carauari-AM/Brasil, no período de 2020-2021.

Espera-se que esta pesquisa venha contribuir com o ensino aprendizagem de forma a lapidar o objeto e compreender as discussões travadas na EJA e, ao final, guarda recorrências com o levantamento realizado, como também singularidades.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PROCESSOS E PRÁTICAS

A educação de jovens e adultos compreende um conjunto de múltiplos processos e práticas formais e informais relacionados à educação básica e geral, e à aquisição de conhecimentos culturais, sociais, técnicos e profissionais, estendendo-se a quase todas as áreas da vida social. Sobre as temáticas atribuídas a esta modalidade de ensino Haddad (2010) esclarece que, a educação de jovens e adultos tem uma trajetória histórica de descontinuidades, marcada por uma diversidade de programas, muitas vezes não caracterizando a escolarização.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e a inclusão escolar nas áreas de EJA é um tema pouco discutido no Brasil. Parece que tal invisibilidade está relacionada à falta de atenção dada à população. A Educação Especial (SE) é um processo de ensino voltado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e alto nível de habilidade / dom (Brasil, 2008). Assim como a EJA no Brasil se organizou em uma perspectiva social e com ações compensatórias pela falta de acesso da população à educação formal (Cabral, Bianchini, e Gonçalves, 2018).

Nos anos 40 (1940) foi quando tudo começou na educação de jovens e adultos, é neste exato momento, que se dá o contraponto na Política Educacional Nacional, segundo Ribeiro (2001, p. 59), “era assim que a política educacional”

Ribeiro mostra em seu texto, um pouco da história e importância da época e a compreensão de quem foram os sujeitos da aprendizagem, como deveriam aprender e o que entendeu de significativo para esses alunos.

Quando se fala em educação de jovens e adultos no Brasil parece ser uma coisa contemporânea, mas na verdade o processo educacional no Brasil, nunca foi tão difícil de se formar como a proposta de educação de jovens e adultos.

Embora muito se tenha trabalhado para organizar o ensino de jovens e adultos, o que se conseguiu hoje, foi um espelho do que a experiência estava propondo, de cada mudança ocorrida no sistema educacional brasileiro.

A universalização do acesso à educação no Brasil é uma questão que antecede a Re-

pública Brasileira e permanece na sociedade contemporânea. O sistema educacional brasileiro tem suas raízes na visão anetnocêntrica, quando a catequização assumia uma função elementar, proporcionando também a alfabetização dos indígenas na língua portuguesa (STRELHOW, 2010).

O autor aborda a continuidade da exclusão social dirigida pela educação no Império, em que: A identidade educacional brasileira estava sendo marcada naquela época pelo elitismo que restringia a educação às classes mais ricas. As Aulas régias (latinas, gregas, filosóficas e retóricas), que eram um destaque da política pombalina, eram destinadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e homens), excluindo assim as populações negras e indígenas. (STRELHOW, 2015, p. 51)

A Constituição de 1824 garantiu “ensino fundamental gratuito para todos os cidadãos” (BRASIL, 1824). O primeiro censo geral em território brasileiro ocorre 48 anos após a promulgação dessa constituição. Nesse censo é possível avaliar que o analfabetismo prevaleceu na população brasileira, uma vez que 82,24% da população livre era analfabeta. Entre a população escrava, apenas 0,09% sabia ler e escrever. Ao se considerar a população de seis a 16 anos, apenas 21,44% frequentavam estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1874). O texto constitucional de 1891 não dá muita atenção à educação nem a garante como direito do cidadão.

O principal elemento da educação pública ocorre na esfera da gestão, com a descentralização dos poderes executivos. A gestão da educação básica cabia aos estados e municípios, enquanto a União era responsável pelos últimos anos e pelo ensino superior (BRASIL, 1891).

A canalização da educação básica para os municípios e estados conferiu-lhes uma posição periférica na agenda política nacional, devido ao a centralização dos recursos públicos na esfera federal e as disparidades de arrecadação de tributos na esfera regional, conforme mostra Villela (2007), quando observou que a arrecadação da região Sul entre 1854 e 1889 foi em média o dobro da da região Norte. a vinculação entre renda e educação orientava a exclusão sociopolítica das classes populares, evidenciada no parágrafo segundo do artigo 70, que não permite o voto de mendigos e analfabetos (BRASIL, 1891).

Na década de 1930, são promulgadas as Constituições de 1934 e 1937. Ambos apresentam a educação de todos os cidadãos, mas o Estado só é obrigado a providenciar a formação primária. É possível notar, neste período, a articulação com os setores econômicos, como, por exemplo, a exigência de que as indústrias e sindicatos econômicos criem escolas de estágio para os filhos dos trabalhadores em sua esfera de competência .

Em contrapartida, o governo federal buscou subsidiar essas atividades. Fávero e Freitas (2011) apontaram a ação do Estado no desenvolvimento da educação profissional, observando que: No mesmo período, o governo federal ainda incentivava a criação, em 1946, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai (SENAI ou Serviço Nacional da Indústria Formação) e logo a seguir ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAI ou Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, visando a formação profissional em colaboração com os setores industriais e comerciais (p. 369).

Por um lado, os textos constitucionais de 1946 e 1967 também garantiam o ensino fundamental gratuito. Por outro lado, as seguintes fases de formação estariam só será responsabilidade do Estado quando comprovada a insuficiência de condições financeiras da família. A constituição de 1967, por sua vez, inclui também a necessidade de comprovar o efetivo andamento,

priorizando a concessão de bolsas

Por fim, a Constituição de 1988 estabelece a cobertura universal do ensino fundamental, cabendo ao Estado a atribuição de todos os níveis de ensino. Fica claro, portanto, que apenas o texto constitucional de 1891 não garantiu o ensino fundamental como direito dos cidadãos brasileiros. Este é um fato tão indicativo, uma vez que, durante o século XX, os analfabetos eram significativos

Até a década de 1980, as mulheres representavam a maior proporção entre os analfabetos. Considerando a variável cor ou raça, é possível perceber que em todos os censos populacionais a população negra obteve as menores taxas de alfabetização.

As políticas educacionais contribuíram para o aumento da desigualdade social no Brasil, repercutindo no aumento do “preconceito e da discriminação”. O enfrentamento do analfabetismo precisava considerar as demandas por educação da população além da escolaridade. Na década de 1960, destaca-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Oliveira (1989) analisa o percurso de implantação desse programa observando que o MOBRAL surgiu, portanto, como uma resposta do governo “aos anseios da população e às necessidades de desenvolvimento econômico. Uma certa pressão de organismos internacionais, certamente, também contribuiu para isso” (p. 222).

Paiva (1981) discutiu a implantação do MOBRAL a partir da concepção do erro técnico, que negligenciou a comunidade científica por meio de um regime autoritário. Entre as críticas da comunidade científica, é possível destacar a primazia de um modelo educacional tecnicista, que não possibilitou a compreensão do aluno no tempo e no espaço. Com o fim do regime militar, a narrativa política relacionada à educação retoma o discurso social.

Principalmente devido à situação de pobreza de nosso povo, o fornecimento de merenda escolar durante o ano letivo e a distribuição de livros didáticos e materiais nas escolas públicas são requisitos indispensáveis para o alcance desse objetivo.

A Constituição promulgada de 1988, em seu artigo 6º, trata a educação como direito do cidadão, destacando-a no artigo 205 como “direito de todos e dever do Estado”, concluindo no inciso I do parágrafo 2º do artigo 207 que “ensino básico obrigatório e gratuito dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos, garantindo também a sua oferta gratuita a todos que não o frequentassem em propriedade” (BRASIL, 1988).

O início da década de 1990 foi representado pela instabilidade na esfera econômica, que geralmente resultou na exclusão da EJA do debate político. No primeiro posicionamento do presidente Itamar Franco, é possível perceber que o centro do campo educacional são os jovens.

Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) avançou no que se refere à EJA, principalmente no segundo mandato. Na proposta de seu governo, intitulada *Avança, Brasil*, a EJA é tratada como ferramenta elementar no combate à dívida histórica brasileira com grupos populacionais específicos, apontando que: A educação de jovens e adultos deve estar basicamente voltada para o resgate do social dívida no que se refere ao ensino, sem perder de vista seu papel essencial como processo de educação continuada, principalmente para aqueles que não conseguem cursar os níveis regulares de ensino na idade adequada.

Com aprovação da LDB 9394/96, a EJA se caracteriza como uma modalidade de ensino fundamental correspondente ao atendimento de jovens e adultos que não cursaram ou concluíram o ensino fundamental. Esses documentos relatam mudanças conceituais e extensões produzidas a partir do final da década de 1980, utilizando o termo Juventude e Educação de Adultos para marcar ações anteriormente conhecidas como Educação Suplementar.

O Plano Nacional de Educação (PNE, ou Plano Nacional de Educação), em vigor de 2014 a 2024, tem como objetivo erradicar o analfabetismo absoluto dos final da sua implementação. Em 2015, a meta era reduzir as taxas de analfabetismo para 6,5%, fato que não ocorreu, considerando o registro de 8%. A EJA assumiu um papel de destaque no PNE por ser considerada um instrumento estratégico no combate ao analfabetismo. Ações como disponibilização de oportunidades, auxílio financeiro por meio de transferência direta de renda e oferta de serviços para presidiários do sistema prisional estão incluídas na meta nove do PNE (BRASIL, 2014).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica estabelecida pela LDB 9.394/1996 e destinada aos que não tiveram, na idade considerada adequada, acesso ao ensino fundamental e médio, ou não tiveram condições de dar continuidade aos estudos. Como parte da educação básica e com inúmeras especificidades, a EJA espera por uma educação de qualidade.

O termo “qualidade” aparece na Constituição Federal de 1988 no artigo 206, inciso sétimo, afirmando que o ensino será ministrado com a garantia de padrão de qualidade. No artigo 211, parágrafo primeiro, que trata do regime de colaboração entre União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, fala da existência de um padrão mínimo da qualidade do ensino que possa garantir equalização de oportunidades educacionais mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios objetivos definidos (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) endossou o conceito de “qualidade”. O Parecer 11/2000 estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000). Encontra-se nele a ideia de garantia do direito a uma escola de qualidade, de padrões mínimos a serem estabelecidos para a qualidade de ensino, para a qualidade de aprendizagem, enfatizando as peculiaridades da EJA.

Para discutir os assuntos da EJA, podemos fazê-lo a partir de diferentes pontos de análise. Podemos focar questões jurídicas, cognitivas, geracionais, classes sociais, gênero, raça / etnia, condições (urbanas ou rurais), contextos históricos, sociais, culturais, econômicos ou políticos nos quais os sujeitos discentes da EJA e suas trajetórias de vida estão inseridos, pensando nas especificidades e diversidade desses assuntos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), seguindo a Constituição Federal de 1988, expressa no artigo 37 a primeira base para situar quem seriam os sujeitos que comporiam as aulas da EJA:

Arte. 37. A educação de jovens e adultos deve ser destinada a quem não teve acesso ou interrompeu o ensino fundamental e médio na idade adequada. § 1º Os sistemas educacionais devem proporcionar aos jovens e adultos que não puderam realizar os estudos na idade adequada, gratuitamente, oportunidades educacionais adequadas, considerando as características, interesses, condições de vida e de trabalho dos alunos, por meio de cursos e exames. § 2º O Poder Público garantirá e estimulará o acesso e a permanência dos trabalhadores na escola, por

meio de ações integradas e complementares. §3. A educação de jovens e adultos deve ser articulada preferencialmente com a educação profissional, nos termos da regulamentação (Brasil, 1996).

Paulo Freire uma referência na educação jovens e adultos

Paulo Freire é uma referência na educação de jovens e adultos, ele deve apresentar tal pensamento de educação, em seu processo de aprendizagem individual, ele tem uma forma de educação e alfabetização crítica e dialógica. Suas ideias podem ser vistas no Plano, que visa abranger a maior parte da população analfabeta do país, apesar de ter surgido por meio de movimentos estudantis e também da entidade sindical, que atuava pelo programa nacional de alfabetização. adultos e jovens, dentro do Ministério da Educação e com seus resultados o programa tem gerado benefícios políticos e maior apoio do governo como principal método.

Para Bordenave ao referenciar o método de alfabetização de Paulo Freire (1995), na educação problematizadora valoriza-se o processo de transformação operado pelo aluno como agente transformador da realidade. Os alunos enfrentam problemas concretos do contexto em que vivem, em situação de grupo, orientados pelo professor na identificação desses problemas, na sua análise e teorização e na procura por soluções.

A máxima ação-reflexão-ação transformadora é o eixo básico de orientação de todo o processo. Ao se sentir protagonista do processo solidário de transformação da realidade, o aluno desenvolve, pela ação participativa, a sua consciência crítica e o senso de responsabilidade democrática. Constantemente, a aprendizagem é realimentada, seja pela comparação de percepções individuais e grupais, seja via contato com a realidade, direto ou por intermédio de meios de comunicação (BORDENAVE, 1995).

Foi também pelos ensinamentos dos pais, principalmente da mãe, que aprendeu as primeiras letras e entrou na escola praticamente alfabetizado. Segundo Brandão (2005), Freire iniciou seus estudos aos seis anos em uma pequena escola, na casa da própria professora.

Aos dez anos mudou-se, com a família, para Jaboatão dos Guararapes, cidade próxima ao Recife, onde começou a perceber as injustiças do mundo. “Em Jaboatão, quando eu tinha dez anos, comecei a achar que no mundo muitas coisas não iam muito bem. Mesmo sendo apenas um menino, comecei a questionar o que poderia fazer para ajudar os homens ”(FREIRE, 2006, p. 16)

Foi em Jaboatão e Recife que Freire deu continuidade aos estudos, apesar das inúmeras dificuldades financeiras causadas pela morte de seu pai, aos 13 anos. Graças a uma bolsa de estudos, ingressou no ensino médio aos 15 anos, onde aprofundou o gosto pelas palavras e pela linguagem. “Ainda estudante, o menino Paulo começaria a descobrir uma de suas paixões que o acompanharia por toda a vida: a palavra, sua coragem, seus segredos, seus mistérios. Entre a adolescência e a juventude dedicou-se aos estudos de filologia e filosofia da linguagem ”(BRANDÃO, 2005, p: 29).

Aos 22 anos, iniciou seu curso de direito na Faculdade do Recife, formando-se em 1947. Freire, porém, praticamente não exerceu a advocacia. Desde a época da faculdade trabalhou como professor de Português e Letras, e foi sendo professor, segundo ele, que descobriu a sua grande vocação:

Os primeiros contatos de Paulo Freire com a educação de jovens e adultos foram no final

da década de 1940, quando assumiu a direção da Secretaria de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI). Nesse local ele trabalhou por dez anos e fez suas primeiras experiências que mais tarde levaram ao método que se tornou conhecido mundialmente.

Ele explicitou sua perspectiva de educador progressista, segundo Araújo Freire (1996), em 1958, durante o II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos e sistematizou seu pensamento na tese “Educación y Actualidad Brasileña”, apresentada em 1959, em o concurso para o curso de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes de Pernambuco, hoje Universidade do Recife.

Foi a partir de sua produção teórica e experiências anteriores, de seu trabalho na Universidade do Recife como professor a partir de 1960 e de sua relação com diferentes espaços de educação e cultura popular, como o Movimento de Cultura Popular do Recife, que a de as experiências mais significativas de sua obra: a experiência de alfabetização de Angicos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino nas etapas do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino brasileira e adotada por algumas redes privadas que recebem jovens e adultos que não tenham concluído o ensino fundamental em idade adequada por qualquer motivo (entre os quais é frequente a necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância).

O programa é dividido em etapas, que vão do ensino fundamental ao médio, com EJA no ensino fundamental voltado para jovens a partir de 15 anos e no ensino médio, incluindo alunos maiores de 18 anos, com prazo máximo de conclusão de 2 anos para ensino fundamental e 18 meses para o ensino médio. Além da modalidade presencial, o EJA oferece o curso online com certificado, permitindo que o aluno estude onde estiver e no horário mais adequado à sua rotina.

Partindo do entendimento de que a modalidade EJA permeia as etapas e se caracteriza por atender jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou não concluíram o processo de escolarização da Educação Básica, argumenta-se que o BNCC é o documento base para a organização do currículo, evitando assim o risco de deixar os alunos da EJA à margem ou impossibilitados de se profissionalizarem ou mesmo continuarem os estudos no Ensino Superior.

No Brasil, o campo se consolidou com influência das ideias do educador Paulo Freire e em forte relação com o movimento de educação popular. Anísio Alves da Silva, professor paranaense, é considerado o pioneiro nesse tipo de ensino, pois no início da década de 1960, na antiga mini academia (atual Liceu Mário de Andrade, em Londrina), implantou um curso preparatório rápido para o Exame de Maturidade e a ideia foi estendida à educação geral de pessoas que haviam desistido do ensino regular. O segmento é regulamentado pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, ou lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). É um dos segmentos da educação básica que recebe recursos do Fundeb.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de conquista social, mas a evasão tem contribuído para o esvaziamento das salas de aula da escola pesquisada. Analisando o documento que norteia as ações das instituições de ensino, o Político-Pedagógico Projeto (PPP), responsável por direcionar as atividades das modalidades oferecidas na escola, não havia parágrafos que incluíssem a EJA nas atividades escolares ou objetivos que a instituição deve alcançar, como a questão da evasão escolar.

O modelo escolar de educação de adultos, por sua vez, propõe, por meio de uma formação voltada para a oferta de um conjunto mínimo de conhecimentos sistematizados, desenvolver uma educação compensatória para aqueles que não tiveram acesso à escola na 'idade adequada' ou que já frequentaram. o processo de abandono escolar.

De acordo com o modelo popular, as práticas de EJA visam contribuir para a formação de atores sociais no meio popular, associando a educação à mudança social e à mobilização em torno da solução de problemas relacionados à sobrevivência e à melhoria da qualidade de vida dos grupos populares.

Por outro lado, as práticas de EJA que seguem o modelo escolar têm como principal objetivo permitir que adultos e jovens 'adultos', que não frequentaram a escola ou que abandonaram a escola, realizem seu processo educacional formal para que possam adquirir as competências culturais e sociais necessárias ao atendimento das demandas relacionadas à família, ao mercado de trabalho e ao exercício dos seus direitos de cidadão.

Na perspectiva do modelo sistemático ou escolar da EJA, os projetos desenvolvem o seu processo de qualificação destacando o caráter de instrumentalização do processo.

PERSPECTIVA METODOLÓGICA

A presente pesquisa deu-se em uma escola pública da Cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2020-2021. Visando atender aos objetivos propostos no presente estudo, em termos de abordagem ela se caracteriza como quantiquantitativa, pois, além de trazer dados numéricos que demonstram a tendência do grupo investigado, procede a sua discussão e análise do seu significado.

O alcance de pesquisa está diretamente ligado ao que resulta da revisão de literatura e perspectiva de estudo, assim como dos propósitos do pesquisador, combinando os elementos no estudo. Há quatro principais tipos de alcances: exploratórios, com vistas a pesquisa de problemas pouco estudados, interpelações sob uma perspectiva inovadora, identificam conceitos promissores, preparando o a temática para novas pesquisas; descritivos, onde é considerado o fenômeno alvo do estudo e seus componentes, medindo conceitos e definindo variáveis; correlacionais, oferecendo prognósticos, explicando e quantificando relações entre as variáveis; explicativas, onde são determinadas causas de fenômenos, gerando sentido e compreensão e são altamente estruturados (SAMPIERI; COLLADO e LUCIO, 2013).

A pesquisa realizada caracteriza-se como exploratório-descritiva, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos” (COLLIS; HUSSEY, 2005), estabelece relações entre as variáveis (GIL, 2007) e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (TRIVINÖS, 1990). Tratando-se da abordagem, consiste em uma pesquisa qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análise. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (FONSECA, 1986).

Se traçou o perfil dos sujeitos. Se utilizou como instrumento de pesquisa um questionário para coleta dos dados.

Para a elaboração das questões, foram levados em consideração os objetivos do estudo e as características da amostra a que as mesmas seriam submetidas. Desta forma, as questões foram claras, concisas e organizadas em concordância com as finalidades da pesquisa.

ANALISES DOS RESULTADOS

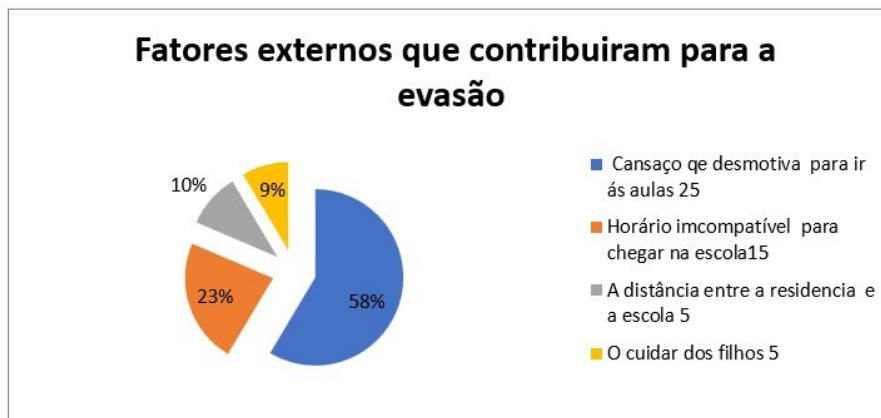
Em face dos resultados da entrevista no que se refere aos principais motivos da evasão escolar na modalidade EJA na escola. Os entrevistados alegam que seja um problema social, pois muitos alunos necessitam de uma formação para conseguir uma trabalho digno, pois os que abandonam os estudos, têm dificuldade de arranjar um prego digno, ficando em desvantagem em relação aos concluintes. Arroyo destaca que, nesse sentido:

A respeito do abandono do ambiente escolar pelo desemprego, não se vive da esperança de um futuro, tem que se viver é dando um jeito no presente. Isto traz consequências muito sérias para a educação, porque a educação sempre se vinculou a um projeto de futuro. (ARROYO, 2015, p.120)

O mesmo autor também acredita que muitos alunos da modalidade EJA vivem em estado de vulnerabilidade permanente, em face do desemprego que assola o Brasil.

Importante destacar que há muitos motivos que levam o aluno a deixar de estudar. O fracasso traz a frustração e o sentimento de impotência e nem todos estão preparados para lidar com frustração e impotência. A melhor fuga para esses sentimentos é simplesmente não tentar. A escola necessita viabilizar uma metodologia de ensino que seja plausível com tal déficit.

Gráfico 1- Faces da evasão



Fonte: O pesquisador (2020)

Ficou constatado que os fatores externos que contribuíram para a evasão, 58% (25 deles) afirmaram que é o cansaço que os desmotiva a ir à escola; 23% (15 deles) disseram que o horário é incompatível para chegar à escola; 10% (5 alunos) afirmaram que é a distância entre a escola e sua residência que dificulta sua ida à escola, e 8% (5 deles) afirmaram que têm que cuidar dos filhos.

A maioria dos alunos que estudam na modalidade EJA desiste de ir à escola por não conseguir ter uma conexão trabalho-estudo, porque, na maioria das vezes, saem tarde de seus trabalhos e não conseguem acompanhar as atividades aplicadas em sala de aula. Fatores como cansaço, muitas vezes faz o aluno reprovar por faltas.

Visto que os sujeitos que chegam à EJA são marcados por trajetórias distintas que desafiam o fazer da escola, atendê-los requer profissionais preparados, além de um arcabouço pedagógico diferenciado que faça a ligação entre escola e vida social juvenil. Exige ainda um olhar diferenciado sobre os educandos e as suas histórias, vislumbrando em cada um deles cidadãos de direitos. Complementa-se com o pensar de Arroyo (2015):

Esse olhar mais totalizante e mais positivo do protagonismo dos jovens-adultos poderá ser determinante à educação. Uma nova compreensão da condição juvenil levará a uma nova compreensão do seu direito à educação. Consequentemente levará a uma nova compreensão da EJA. (ARROYO, 2015, p. 25).

Desse modo, ressalta-se a importância do professor no processo relativo à evasão, pois este pode estar corroborando para que este fator negativo esteja acontecendo ou sendo evitado. O professor ele necessita dialogar diariamente com seus alunos, pois desta forma apreenderá o máximo de informações sobre eles, e estas lhes servirão de instrumento para o entendimento da realidade da qual o aluno está inserido, demonstrando-lhe afeto e importância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto para esta investigação neste artigo foi conhecer quais são os fatores internos e externos que colaboram para a evasão na (EJA) em uma escola pública na Cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2020-2021. Ficou comprovado que a necessidade de trabalhar é um dos fatores determinantes para o abandono dos estudos, mais que existem outros fatores tais como a desmotivação devido a exaustiva carga de trabalho, que reflete também no processo evasivo destes alunos.

Dentre outros motivos que se colabora para evasão escolar nas turmas da EJA é a falta de horário adequado para atendimento da modalidade, pois o cansaço para frequentar as aulas são adversos, o que reflete nas dificuldades de aprendizagem, mais sabe-se são mínimos os fatores para tais adequações.

Ao finalizar esta obra, enfatiza-se que as explicações explícitas não são um ponto final nesta problemática, que precisa-se desenvolver políticas públicas que resolva as causas da evasão, dos alunos inclusos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.; CORSO, A. M. A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC PR: Curitiba, 2015. p. 1283-1299. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ARROYO, M. G. Passageiros da noite do trabalho para a EJA: Itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

ARROYO, M. G. Trabalho, educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1,

BORDENAVE Juan Díaz. Hacia una pedagogía para el desarrollo humanista sostenible. Conferência na

Universidad del Comahue, Argentina, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação popular. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BRASIL, Ministério da Educação, 2000. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Constituição (1824). Lex: Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824.

BRASIL. Constituição (1891). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de fevereiro de 1891.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Parecer ceb 11/2000. Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Brasília: MEC, 2008.

Cabral, R. M.; Bianchini, L. G. B.; Gonçalves, T. G. G. L. Educação Especial E educação De Jovens E Adultos: Uma Interface Em construção?. Rev. Educ. Espec. 2018, 31, 587-602.

COLLIS, Jill e Hussey, Roger. Pesquisa em Administração. 2ª Ed. Bookman. São Paulo, 2005.

COLLIS, Jill e HUSSEY, Roger. Pesquisa em Administração. 2ª. Ed. Ed. Bookman, São Paulo, 2005.

FÁVERO, O. Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966). 2010.

Fávero, O., e Freitas, M.. A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. Inter-Ação,36(02), 365-392, 2011.

FONSECA, E. N. Bibliometria: teoria e prática. São Paulo: Ed. Pensamento-Cultrix, 1986.

FREIRE, P. e SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. A educação na cidade. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1996.

GIL, A C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. Como elaborar projeto de pesquisa. 4ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

HADDAD, S.; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, mai./ago. 2010.

OLIVEIRA, Z. de M. R. A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. Revista da Faculdade de Educação (São Paulo), v.14, n.1, p.43-52, jan.-jun. 1989.

PAIVA, P. Vanilda. Educação popular e educação de adultos. 8ª Ed. São Paulo: Loyola, 1981.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord.). Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado de Letras, ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001.

SAMPIERI, Roberto Hernández.; COLLADO, Carlos Fernandes.; LUCIO, María Del Pilar Baptista. Metodologia de pesquisa. 5 ed. Dados eletrônicos - Porto Alegre: Penso, 2013.

STRELHOW, Thyeles Bocarte. Breve histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Disponível em: <histedbr.fe.unicamp.br>. Acesso em: 19 fev 2010.

TRIVINOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Ed. Atlas, 1990

VILLELA, Heloisa de Oliveira. “A primeira escola normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX.” In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (orgs.) AS ESCOLAS NORMAIS NO BRASIL: do Império à República. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.